

## CAMINHOS PARA A COMPREENSÃO DA PAISAGEM: A ABORDAGEM GEOGRÁFICA EM FOCO

Gleyce Assis da Silva  
Barbosa<sup>1</sup>

Mestranda em Geografia  
Pontifícia Universidade Católica  
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

### Resumo

A paisagem sempre se apresentou como um conceito polissêmico, mas foi na Geografia que conquistou espaço. Contudo, com a fragmentação da ciência e com a ruptura da lógica descritiva, acabou sendo suprimida pelo uso de outros conceitos. Recentemente, visando uma dimensão integradora este conceito tem sido retomado em diversos estudos. Desse modo, este ensaio tem por objetivo evidenciar brevemente caminhos para concepção geográfica de paisagem que levem a uma compreensão dialética do espaço. Nesse sentido, analisar suas diferentes abordagens consiste não só em entender a evolução da própria ciência geográfica como também em construir meios para a superação da velha dicotomia.

**Palavras-chave:** paisagem, geografia, dialética

### WAYS TO UNDERSTAND THE LANDSCAPE: THE GEOGRAPHICAL APPROACH IN FOCUS

#### Abstract

The landscape always presented itself as a polysemic concept, but it was in Geography that it conquered the space. However, with a fragmentation of science and a description of animation, it ended up suppressing the use of other concepts. More recently, the exhibition once integrated this model. Therefore, this work aims to highlight the best ways for the food ecology of a dialectical approach to space. In this sense, it's consistent statistics are not as accurate for its evolution as for overcoming the old dichotomy.

**Keywords:** landscape, geography, dialectic

<sup>1</sup> *Endereço institucional:*

Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.

*Endereço eletrônico:*

[geogleyce@gmail.com](mailto:geogleyce@gmail.com)

### Introdução

Este texto é resultado das discussões, reflexões e imersões teóricas acerca da temática 'Paisagem, Espaço e Sustentabilidades' durante as aulas do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). A necessidade de se discutir a paisagem aqui é com a finalidade de

expor as múltiplas formas de uso do conceito. Além de se buscar caminhos que ajudem a contrapor a velha dicotomia presente na abordagem geográfica.

Gray (2007) aponta que se inicialmente o estudo da paisagem na Geografia era marcado por forte predominância natural, hoje a corrente social é quem domina. Disso discorrem inúmeros erros que culminam em entraves para a análise do espaço. Milton Santos (2006) chama atenção que para evitar isso é necessário se compreender o espaço, e portanto, os elementos que dele fazem parte, em sua totalidade. Sobre isso, Kosik (1976) afirma que a totalidade precede antes de tudo a busca pela verdade, e essa verdade se dá de forma dialética, em um permanente movimento de pensar o todo sem negar as partes e sem pensar as partes abstraídas do todo. Assim, se não vemos o todo podemos atribuir valor parcial de uma verdade, prejudicando nossa compreensão do real.

Os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade. Do mesmo modo, o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo abstrato e vazio. (KOSIK, 1976, p.41)

Este movimento se dá de forma contínua e ininterrupta partir das práticas do cotidiano que são desiguais em tempo e espaço. Essa totalidade ocorre de forma mais e menos abrangente, ocorrendo em uma dinâmica de diferentes escalas que se integram conforme as intencionalidades de quem as produz (SANTOS, 2006). Por exemplo, ao analisar a paisagem pelo viés econômico, fazemos uma generalização levando em conta as técnicas e a ordem metabólica do capital que as produziu, ao se levar em conta o indivíduo, faremos outra totalização, a respeito da filosofia e história que o constituiu. Cada totalidade dessa não anula a outra, pelo contrário se complementam e dialogam em um processo orgânico e incorporam diversas outras totalidades.

Nesse sentido, como elucida Kosik (1976), o real se desenvolve e se cria, o pensamento dialético parte do pressuposto de que o conhecimento humano se processa num movimento em espiral, cada início é abstrato e relativo, onde todos os

conceitos entram em movimento recíproco diferente do conhecimento sistemático racionalista e empirista que ganhou força na sociedade capitalista em que se move a partir de pontos de partida demonstrado por fatos já ocorridos.

Este tem sido um grande impasse dentro das ciências. As correntes idealistas do século XX, liquidaram a multidimensionalidade da totalidade, reduziu-se a realidade ao que se vê construído, o que conduziu à perda da motivação e da coerência que imediatamente levou ao empobrecimento de seu conteúdo e à fragmentação do saber. Se por um lado essa diferenciação e especialização das disciplinas resultou em profundo descobrimento e ao maior conhecimento da unidade do real, ou seja, a especificidade de cada campo do real e de cada fenômeno, por outro revelou que apenas o estudo das partes e dos processos não é suficiente.

Nesse sentido que se tem por exemplo, erros de análise levando-se em conta apenas a descrição, a noção de beleza, a relação paisagem-natureza, ou ao que se é visto e contemplado na paisagem. Todas essas concepções derivam de uma apropriação e construção social, portanto, trata-se de uma representação cultural que se dá em um espaço de experiências sentidas (BESSE, 2014) que pode ser lido por diferentes pontos de vista. Não se trata de uma determinada área estar certa ou errada, mas sim partem de uma visão da parte e não do todo.

Se o homem constituiu o meio e a si mesmo por estabelecer uma relação recíproca com a natureza, imprimindo na paisagem suas marcas, sua historicidade, seus valores, e sendo a Geografia uma área que justamente se propõe a investigar essa relação, temos portanto nesta ciência a possibilidade de uma concepção ampla do conceito. Nesse sentido, busca-se expor aqui diferentes concepções teóricas de paisagem que atravessaram a história da Geografia, bem como as novas formas de abordagem deste conceito e que se mostram como possibilidades. O intuito com isso é dispor possibilidades, aqui fazendo uma alusão aos caminhos, para a compreensão da paisagem visando uma concepção mais integradora possível da Geografia.

### **Uma breve rota pelos conceitos: o que são e para que e à quem servem?**

A inquietude humana acerca do desconhecido e sua constante problematização culminou em formar conceitos e ao mesmo tempo substituí-los fundamentando

assim a base científica da sociedade atual. Um conceito pode ser compreendido como uma questão posta à realidade (SANTOS, 1996 apud HAESBAERT, 2014). Assim, não se trata somente de uma representação do real, nem simplesmente de uma revelação do real, nem apenas de uma ideia imposta à realidade construída apenas em nossa mente, carregando consigo a concepção de quem a produziu, mas também de uma problematização do que é verdadeiro (DELEUZE 1999, apud HAESBAERT, 2014) e por seu caráter renovador acaba desestabilizando conhecimentos herdados diante da constante transformação em que estamos inseridos (MONTAIGNER, 2001 apud HAESBAERT, 2014). Kosik (1976) afirma que antes de ser um conceito é primeiramente e sobretudo uma categoria de análise.

Haesbaert (2014) nos alerta que para compreendermos um conceito é preciso situá-lo geo-históricamente, desse modo, compreende-se a sua permanente mutação, uma vez que são constituídos geograficamente e historicamente através das intencionalidades dos sujeitos que as formularam, do momento e para o qual foram elaborados. Em um sentido deleuzeano, o conceito pode conduzir à interferência e produção de uma realidade, ou pensando através da visão foucaultiana, ao problematizar algo assume-se portanto, um caráter intrinsecamente político, e desse modo, mergulha-se em relações de poder. Desse modo, um conceito não só pode determinar uma realidade através do que já foi produzido, mas também reinventar um real futuro que se materializa no espaço e a isso se reproblematicizam novas questões.

Outra observação do autor é que devemos abandonar a lógica tradicional de tratar os conceitos de modo isolado, pois sempre são múltiplos de significações, além de serem pontes para outros conceitos. Utilizando como exemplo, o autor aborda a categoria espaço no âmbito da Geografia se colocando frente aos demais conceitos como região, território, lugar, paisagem, compondo o que ele denomina de uma constelação geográfica de conceitos.

Nesse sentido, há de se compreender que em cada ramo da ciência alguns conceitos adquirem maior destaque que outros e se tornam assim o ponto de partida de investigação daquela área do saber, sem diminuir a importância dos demais conceitos norteadores. Sendo assim, as problematizações de caráter mais amplo ul-

trapassam os limites das ‘caixinhas’ científicas como é o caso do conceito de paisagem, que diante de sua polissemia é apropriado e lido por diferentes áreas.

Milton Santos (2006) denuncia que os conceitos partem muitas vezes de uma ordem unilateral pensada a partir dos países centrais e que vão refletir nas realidades escalares menores. Essa polaridade tenta impor uma organização homogênea dos espaços mundiais, embora saibamos que essa intencionalidade não se concretiza de modo uniforme, pois a heterogeneidade dos lugares e pessoas expõe os entraves a essa lógica da sociedade ocidental capitalista. Nesse sentido, subjaz uma relação desigual de poder na qual fragmenta e distancia o homem da realidade.

Sobre isso, Kosik (1976) complementa que o conceito possui uma mistificação dupla – de um lado a coisa pela coisa e não a coisa pelo movimento que a constitui. Esse movimento é a realidade e não propriamente o que se vê. E essa realidade é constituída por um conjunto de fatos no qual através de uma relação interna dialética entre eles pode-se conhecer a totalidade. Por isso o perigo da concepção de paisagem relacionada apenas a percepção visual, as subjetividades precisam ser levadas em conta tanto quanto a objetividades físicas e pseudoconcretas<sup>1</sup>.

A partir disso, faz-se necessário compreender primeiramente a qual lógica estamos inseridos na produção dessa paisagem, sem isso a leitura torna-se comprometida. Partindo da tríade ocidente-capitalismo-modernidade que constitui a impressão e modificação das formas criadas pelo homem na paisagem, passa-se a olhar através da paisagem. Defronta-se assim, não somente o que se vê e se percebe, mas sobretudo, o que a paisagem não fala claramente, mas é de importância fundamental para se ler o movimento que a constitui, essa é a essência da paisagem, e não somente o que se vê como concreto. A seguir abordaremos como essa paisagem foi concebida ao longo da história por diversas áreas e também nas escolas geográficas.

## **Percorrendo os antigos caminhos**

---

<sup>1</sup> O termo pseudoconcreticidade faz em alusão à obra de Karel Kosik (1976), na qual concebe a realidade a partir do materialismo histórico dialético proposto por Karl Marx nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1894. Nessa concepção, o mundo real não é portanto, um mundo de objetos “reais” fixados, mas sim a práxis humana que configura o que há de concreto.

As primeiras noções de paisagem como nos mostra Metzger (2001) nascem a partir das artes e da literatura. Foi no antigo testamento no Livro dos Salmos 1000 A.C., que se tem registro da primeira referência à paisagem, relacionando-a à bela vista que se tinha de Jerusalém, a partir das construções pomposas da época. Tal concepção do belo é atribuída à natureza e resgatada pela literatura e pelas artes na segunda metade do século XVIII.

Nas pinturas ela era retratada a partir da percepção do pintor, bem como os sentimentos envolvidos demonstravam suas intencionalidades, sua subjetividade ao olhar para a paisagem. Assim, a partir das representações artísticas que se poderia conhecer o mundo. Sansolo (2007, p.1) nos mostra que na arte a paisagem nunca configurou uma escola de pintura, a não ser a partir do Renascimento, mas passou por diversas fases que eram determinadas pelo valor histórico da época. Por exemplo, na Europa Feudal retratava-se a ideologia cristã, as sensações pecaminosas, o trabalho duro camponês a partir da visão clerical.

No século das luzes, a paisagem é vista como espaço racionalizado, representado pelas formas matemáticas da natureza representando a ligação entre o consciente e o subconsciente. Leonardo Da Vinci foi concebido como seu principal nome. No Classicismo, a expressão se dava pela necessidade de dominação do homem sob a natureza. Esse sentimento é reforçado com a Revolução Industrial em referência ao poder da nobreza sob o território. Já no Romantismo do século XIX, a natureza ganha força ao expressar o estado de ânimo do artista. Em oposição à isso, no Realismo travava-se a natureza fielmente, e um homem adaptado ao ambiente. Sobre essas visões Sansolo (2007) conclui:

Ao que parece, a pintura, a paisagem, a natureza sempre se apresenta com a presença do ser humano. O pintor, em qualquer época, insere na paisagem, ou naquilo que observa da história, o sentir e o refletir, produzindo uma representação da natureza associada a um sentimento ou a uma vontade. Não parece haver uma separação entre homem e natureza. Ao contrário, sempre a paisagem representa a existência humana (SANSOLO, 2007, p.4).

Na literatura também não foi diferente, várias concepções linguísticas sobre o termo surgiram paralelamente em locais distintos. Sansolo (2007, p.1) afirma que paisagem aparece primeiramente referindo-se a pagos que significa vila ou lugar, derivada da palavra grega *peghé*, obteve significado relacionada à parte do todo político-territorial. Nas línguas orientais, o termo é remetido ao significado de natureza e de ponto de vista. Nas línguas neolatinas, como no italiano com a palavra *paisaggio* é repleto de significado afetivo, estético e artístico, que representava as características físicas e humanas separadas. No francês, *paysage* refere-se aos aspectos físicos, ou uma região. Nas línguas latinas, o verbete se relaciona a ideia de uma política pública de administração territorial. Completa o autor:

Um significado comum presente nas línguas que foram refere-se a paisagem como espaços visíveis, ligados ao sentido de visão. Entretanto, nas línguas dos chamados países ocidentais a palavra paisagem refere-se à presença humana no contexto espacial, enquanto nas línguas orientais destacam-se os elementos da natureza ou à natureza percebida. (SANSOLO, 2007, p.2)

Na história da geografia essa polissemia linguística também é debatida. Holzer (1999, p.152) afirma que as duas primeiras escolas da Geografia, a francesa e a alemã, não possuem consenso a respeito do termo. Diz o autor que o termo alemão “*landschaft*” não teria o mesmo sentido que “*paysage*” do francês, pois a palavra alemã é mais antiga e seu conteúdo mais abrangente e complexo que o das línguas latinas. Além disso, sua origem renascentista relaciona-se às artes plásticas, refere a uma associação entre o sítio e os seus habitantes, ou também chamada de uma associação morfológica e cultural. Sobre isso Holzer (1999, p. 158) salienta que esse debate entre sítio e situação foi sendo abandonado nas discussões urbanas devido as inovações das técnicas, mas é importante que essas questões sejam levadas em conta no estudo da paisagem pois a localidade obedece a uma lógica de assentamento vindas dos “*physical layers*” ou da geografia física, como aponta Gray (2007).

Para a escola francesa, esse termo é ampliado de sentido, e não se limita apenas a um golpe de vista, mas sim de área fisicamente e culturalmente reconhecível.

A partir de Paul Vidal de La Blache, a geografia passa a ser a ciência que visa à compreensão do encadeamento e correlação dos fenômenos de uma região (BLACHE, 1897 apud SANSOLO, 2008, p.5). Essa compreensão do espaço a partir do conceito de região é defendida por diversos autores atualmente como capaz de promover o encontro entre as ciências da natureza e humanas, como afirma Solórzano (et al., 2009, p.63).

Para a escola francesa, esse termo é ampliado de sentido, e não se limita apenas a um golpe de vista, mas sim de área fisicamente e culturalmente reconhecível. A partir de Paul Vidal de La Blache, a geografia passa a ser a ciência que visa à compreensão do encadeamento e correlação dos fenômenos de uma região (BLACHE, 1897 apud SANSOLO, 2008, p.5). Essa compreensão do espaço a partir do conceito de região é defendida por diversos autores atualmente como capaz de promover o encontro entre as ciências da natureza e humanas, como afirma Solórzano (et al., 2009, p.63).

Enquanto esta última escola se desenvolve paralelamente, a escola Russa em meados do século XX se relacionava com o termo derivado da escola alemã. Conforme Sansolo (2008, p. 6) nos mostra, a ideia de paisagem nesse território nasce em meados do século XIX com as explorações militares territoriais e vai ser marcada até o início do século XX, inclusive na área científica, por forte influência marxista. Assim, a paisagem também foi sendo utilizada como instrumento de regulação do Estado, como planejamento e funcionalidade, intenção esta que se relaciona à ideia de território. Já a partir do século XX, passa a ser apresentada a partir de uma visão geossistêmica, focalizando os elementos físicos da paisagem.

Essa abordagem geossistêmica aparece primeiramente em Sotchava (1977) com a ideia de descrição da esfera físico-geográfica, onde haveria geoesferas terrestres interrelacionadas por fluxos de matéria e energia. Esse pensamento é resgatado por Bertrand (2007) e muito utilizado por geógrafos físicos atuais que entendem a paisagem por três vias: a geossistêmica para entender os processos naturais e sua antropização, a perspectiva territorial para compreensão sócio econômica e por fim, a perspectiva de paisagem em que o foco seria apenas sócio cultural. (SANSOLO, 2008, p. 6). Esclarece DIAS e SANTOS (2007, p. 5):

Nessa perspectiva, o geossistema é, para Bertrand, uma categoria espacial, de componentes relativamente homogêneos, cuja estrutura e dinâmica resultam da interação entre o potencial ecológico: processos geológicos, climatológicos, geomorfológicos e pedológicos (a mesma revolução); a exploração biológica: o potencial biótico (da flora e da fauna naturais) e a ação antrópica: sistemas de exploração socioeconômicos. Redefinindo nas discussões teórico-metodológicas, o geossistema aproxima-se do conceito de paisagem como paisagem global, na qual se evidencia a preocupação com a interação natureza-sociedade. Na análise geossistêmica, o geossistema é uma categoria de sistemas territoriais regido por leis naturais, modificados ou não pelas ações antrópicas.

Outros autores como Monteiro (1974 apud DIAS e SANTOS 2007, p. 6) acrescentam a essa visão a compreensão do geossistema como um sistema aberto, para o autor devido sua dinamicidade de integração entre os elementos, seria portanto instável e que estariam submetidos a um jogo intenso de fatores em diferentes escalas.

Retomando a questão terminológica, Holzer (1999, p. 152) explica que esse termo alemão vai ser transmutado para “landscape” chegando à geografia norte americana pelas mãos de Sauer que foi um dos nomes mais importantes para a difusão da paisagem e a colocou como objeto central da geografia. O autor defendia que para análise geográfica era necessário ultrapassar a visão restrita do observador que se limitaria apenas generalizações derivadas de um olhar individual. Segundo ele, a definição das características genéricas seria responsabilidade do geógrafo, no qual deveria redefinir a relação homem com o meio ambiente cada vez que o habitat apresentasse mudanças, assim delimitou-se a geografia cultural que mais tarde nos anos 60 fora substituída pela necessidade de incorporar bases metodológicas e epistemológicas que segundo ele poderiam ser inventadas ou adquiridas, uma vez que partiam das preferências do pesquisador.

Ainda segundo o autor, nos anos 70, a ideia de paisagem para os geógrafos físicos, limitavam-se aos atributos visuais e apenas estéticos, enquanto que para os geógrafos culturais, a concepção de geografia humanista era adotada buscando atra-

vés da fenomenologia<sup>2</sup> resolver os impasses desta ciência. Sobre isso, Besse (2014, p. 242) aponta que durante boa parte do século XX, a geografia humana passou a compreender paisagem como uma realidade territorial, ou seja, era entendida como a expressão visível das sociedades que a produziam, ou seja, o sentido se dava a partir da visão de um espectador. E mais recentemente, esta visão da realidade territorial objetiva tem sido desconstruída e substituída pela noção de paisagem definida por uma ordem ideologicamente produzida a partir da cultura moderna (BESSE, 2014, p.243). A noção de paisagem apenas ligada ao campo perceptivo visual, romântico, estético derivada do legado da pintura e da linguística, necessitava ser superada e entendida como fruto de uma construção histórica e ideológica, na qual apontava-se como ponto de partida da geografia crítica, como veremos a seguir.

### **Trilhando novas concepções de paisagem**

Na concepção crítica, resgatada nas últimas décadas do século XX, a paisagem passa a ser compreendida como uma construção que se deu a partir do aparecimento e desenvolvimento do capitalismo europeu, ou seja, “a transformação do território simultaneamente em mercadoria e em espetáculo para contemplar visualmente do exterior” (BESSE, 2014, p. 243), para o autor teria servido para tornar normalizada ideologicamente as relações sociais desiguais e para ocultar a historicidade dos conflitos. Ele completa:

No geral, se eu resumir algumas observações, do ponto de vista da teoria crítica, a representação moderna de paisagem, pelo menos sua definição corrente, corresponderia a uma construção cultural de tipo ideológico, cuja vocação seria, entre outras coisas, mascarar por uma série de artifícios imaginários a realidade dos conflitos sociais e políticos. Ao inverso, uma abordagem crítica da paisagem teria, como tarefa principal, superar estas diversas operações, se

---

<sup>2</sup> A fenomenologia é definida como método de estudos daquilo que se manifesta. Surgiu através das obras do filósofo alemão Edmund Husserl (1859-1938) inspirados nos filósofos gregos pré-socráticos VI a.C. Para esta corrente Homem, Natureza e Mundo são interdependentes. Para ele, a importância dos fenômenos da consciência, os quais devem ser estudados em si mesmos – tudo que podemos saber do mundo resume-se a esses fenômenos, a esses objetos ideais que existem na mente, cada um designado por uma palavra que representa a sua essência, sua "significação", dar-se assim a partir das sensações. (SILVA, et al., 2006)

podemos dizer, e encontrar, por trás das representações paisagísticas os processos históricos que lhes deram origem. (BESSE, 2014, p.243)

Nesse sentido, o autor sintetiza que as paisagens representavam claramente uma hegemonia de determinados elementos, assim se apresentava como uma de uma cultura ocidental, europeia, branca e masculina. Uma paisagem que “põe o olho e a visão no centro do processo de percepção da paisagem, em detrimento dos outros sentidos” (BESSE, 2014, p.243). A paisagem também era representada por forte controle militar, diante das conquistas e defesas se construía assim através das imagens as identidades e nacionalismo pelo Estado, também verificada na tradição arquitetônica. E por fim, um imaginário paisagístico que se materializa de forma artística ou midiática e cumpre o papel fundamental na naturalização das empresas coloniais.

Sobre isso Morin (2007) ressalta que a paisagem é marcada por fortes relações de poder, na qual há uma base cultural que é representada. Concordando com Besse, ela denuncia que a paisagem foi constituída por uma forte representação burguesa, branca, masculina, em contraposição às minorias (mulheres, negros, pobres, etc), mas que mesmo em meio às tentativas de exclusão, se inserem na paisagem. Nesse sentido, existiriam segundo a autora paisagens dominantes e dominadas também mencionadas por Crosgove (1998), e o gênero se mostra como um exemplo desse conflito.

Um exemplo muito claro disto podemos verificar a existência de vagões de trem destinados as mulheres, durante os horários de maior movimento, por um lado comprovam a subordinação feminina diante da postura patriarcal, comprometendo o direito de ir e vir sem passar por constrangimentos, e ao mesmo tempo mostra a conquista da luta feminina por espaço, ao contrapor essa subjugação cultural, mesmo que por um breve momento do cotidiano. Metzger (2001, p.120) reitera que a paisagem feminina geralmente atrela-se a paisagem doméstica e que muitos geógrafos têm evitado estudá-la, limitandose aos antropólogos, uma vez que a masculinidade e a feminilidade da paisagem pública continuam a ser um assunto excluído da investigação desta ciência, apenas por nunca terem sido apresentadas. Assim como outros grupos excluídos por desinteresse e hegemonia dos símbolos pretéritos.

A imposição dessa lógica hierárquica que tenta uniformizar as paisagens e esconder as diferenças consegue ser aceita através da ordem entendida muitas vezes como sinônimo de progresso e sempre considerada como algo positivo. Essa ideia está impressa na paisagem, porém ao mesmo tempo surge os espaços chamados de resistência à essa imposição, como por exemplo, ao pensarmos a cidade do Rio de Janeiro, em meio ao processo de gentrificação<sup>3</sup> da região portuária, tem-se ainda fragmentos do rio antigo que resistem ao forte processo de especulação imobiliária vivenciado atualmente nas grandes metrópoles.

Para entender um pouco mais isso vale ressaltar aqui a noção de paisagem para Milton Santos (2006) como um conjunto de formas que são intencionalmente criadas e portanto apresentam funções. Tais formas estariam sob a constante regra da modernização técnica e de sua destruição concreta, com a incorporação de novos usos e funções. Segundo Sansolo (2008, p. 7) Santos diferencia espaço de paisagem, pois para ele o espaço seria a dimensão social e a paisagem sua expressão visual, assim ela estaria de certo modo cristalizada, e os mecanismos que gerariam dinâmica, movimento e vida seriam os processos sociais. Completa ele:

Segundo Ferreira (2014, p.1), a expressão gentrificação nasce do termo inglês *gentrification*, cunhado por Ruth Glass (1963), para esclarecer o repovoamento, por famílias de classe média, que vinha acontecendo em bairros desvalorizados de Londres na década de 1960, levando à transformação do perfil dos moradores. Atualmente, usa-se o termo para referir-se à “revitalização”, “recuperação” ou “requalificação” de locais degradados a partir de iniciativas públicas e privadas. Trata-se de um fenômeno de natureza multidimensional, que reúne modernização e deslocamento; ou seja, remete à ideia de modernização e de melhoria de construções anti-

---

<sup>3</sup> Segundo Ferreira (2014, p.1), a expressão gentrificação nasce do termo inglês *gentrification*, cunhado por Ruth Glass (1963), para esclarecer o repovoamento, por famílias de classe média, que vinha acontecendo em bairros desvalorizados de Londres na década de 1960, levando à transformação do perfil dos moradores. Atualmente, usa-se o termo para referir-se à “revitalização”, “recuperação” ou “requalificação” de locais degradados a partir de iniciativas públicas e privadas. Trata-se de um fenômeno de natureza multidimensional, que reúne modernização e deslocamento; ou seja, remete à ideia de modernização e de melhoria de construções antigas associadas ao desenvolvimento de atividades culturais em determinadas áreas residenciais, levando ao deslocamento dos antigos moradores.

gas associadas ao desenvolvimento de atividades culturais em determinadas áreas residenciais, levando ao deslocamento dos antigos moradores.

Assim verificam-se na paisagem antigas formas e funções estabelecidas por novos conteúdos e que se apresentam diretamente como subordinados e subordinantes a uma lógica complexa e efêmera, disso cabe aqui destacar a contribuição do conceito de rugosidade<sup>4</sup> no sentido de entender a paisagem como marcas de diferentes sobreposições históricas.

O entendimento de paisagem como herança, ou seja, uma sucessão ecológica de acúmulos de tempos aparece fortemente defendida por Aziz Ab' Saber (2007, p. 9): “ela é herança em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades.” Esta concepção também vai de encontro a ideia de paleoterritórios para se compreender as paisagens, como defende Oliveira (2015, p. 278). Para ele as paisagens são fortemente marcadas de passado.

São como que “heranças das sucessivas relações entre homem e natureza”, podendo ser vistas tanto como produto da coevolução das sociedades humanas e do meio natural, quanto a expressão territorial do metabolismo que uma dada sociedade mantém com o sistema natural que a sustenta. Se, por um lado, a paisagem representa simultaneamente a marca e a matriz de processos naturais e sociais, por outro, encontra-se em “permanente construção e reconstrução ao longo do tempo” (OLIVEIRA, 2015, p.278)

A problemática dessa concepção para o viés cultural é que toda paisagem seria eminentemente humana, até mesmo as paisagens naturais, pois parte das intencionalidades de apropriação. O seu não uso também configura um tipo de uso, nem

---

<sup>4</sup> Rugosidades é um conceito desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos, que afirma que ao longo do tempo as sociedades através de suas ações vão imprimindo suas construções no espaço geográfico, suas atividades, seus costumes, suas tecnologias e culturas. Essa ideia se liga ao conceito de rugosidades patrimoniais, que persistem no espaço frente a suas transformações, como prédios antigos e que posteriormente pode adquirir novas funções, diferentes daquelas para as quais foram edificadas. Não se trata apenas de dados da materialidade, mas, também das experiências e da história materializada no espaço.

que seja para estoque e um valor futuro daquela área. Nesse sentido, segundo João Rua, o problema sempre se constitui social, mesmo que seja atrelado à esfera física. Nesse sentido, vale aqui a ressalva de não se confundir problemas com os processos envolvidos. Os problemas se relacionam com a apropriação e a “não” apropriação do espaço, com o uso e o não uso. Já os processos remetem as ações que constituem aquele problema, por exemplo, uma reserva florestal pode a princípio parecer uma paisagem apenas natural, por conter elementos naturais, mas a manutenção e a sua preservação dependem de leis, recursos, conscientização humana, turismo, e outros, portanto, sua existência ou não existência parte da permissividade e usos humanos. Isso destitui o pensamento que vigorou e ainda vigora por parte dos geógrafos físicos sobre o mito da natureza intocada, como se houvesse uma natureza sem intervenção humana.

Esse mito esbarra no mito da necessidade ocidental de reserva de espaços naturais e sim compreender seu caráter especulativo para usos econômicos futuros. Sobre isso Ab’Saber (2007) é categórico sobre os usos e desmitifica a concepção ecológica sobre espaços essencialmente naturais.

... é indispensável ressaltar que as nações herdaram fatias – maiores ou menos- daqueles mesmos conjuntos paisagísticos de longa e complicada elaboração fisiográfica e ecológica. Mais do que simples espaços territoriais, os povos herdaram paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis, ou deveriam ser responsáveis. Desde os mais altos escalões do governo e da administração até o mais simples cidadão, todos têm uma parcela de responsabilidade permanente, no sentido da utilização não-predatória dessa herança única que é a paisagem terrestre. Para tanto, há que conhecer melhor as limitações de uso específicas de cada tipo de espaço e de paisagem. Há que procurar obter indicações mais racionais, para a preservação do equilíbrio fisiográfico e ecológico. E, acima de tudo, há que permanecer equidistante de um ecologismo utópico e de um economicismo suicida... (SABER, 2007, p.10, grifo nosso).

A esse respeito, Russel (1997) explica que o entendimento da natureza selvagem intocada se deu a partir do distanciamento homem-natureza, sobretudo no século XV, em um momento em que se tinha a ideia de que a natureza precisava ser dominada. O romantismo tenta resgatar essa integração, mas em seguida é refutado pelo pragmatismo, fragmentador das disciplinas, em meio a necessidade de exploração, pensamento este vigente na Revolução Industrial. Essa fragmentação das ciências contribui por dificultar o conhecimento das histórias escondidas das áreas naturais, por exemplo. Nesse sentido, o distanciamento da relação sociedade-natureza contribui para os diferentes usos da paisagem, pautado em diversas intencionalidades, conforme o período e a sociedade.

Sobre tal distanciamento, Solórzano et al. (2009, p. 64) apresentam a ecologia histórica e da história ambiental como possibilidades para que a geografia voltasse a seu estado original holístico, integrador. Na abordagem da história ambiental ou geografia histórica, a paisagem é retratada como manifestação material das relações entre os seres humanos e o meio ambiente (Ibid., 2009, p. 52). Envolve a compreensão de como a natureza afeta o ser humano e ao mesmo tempo de como a humanidade afetou o meio ambiente (Ibid., 2009, p.50). Enquanto que a ecologia histórica buscaria explicar as características dos ecossistemas e paisagens a partir dos legados históricos das atividades humanas (Ibid., 2009, p.54).

Outros autores também utilizam essa perspectiva ecológica para compreensão da paisagem como Forman (1995) que “define a paisagem como um mosaico de ecossistemas locais de diferentes usos do solo, repetido e similar numa vasta área.” (apud Ibid., 2009, p.52). Outro autor que concorda com esta abordagem é Metzger (2001, p.4) onde define paisagem como: “mosaico heterogêneo formado por unidades interativas, sendo esta heterogeneidade existente para pelo menos um fator, segundo um observador e numa determinada escala de observação.” (apud Ibid., 2009, p.52).

É importante frisar que em todas essas abordagens ecológicas, a ideia de território se faz presente, como mostra Oliveira (2015):

... a reconstrução da história da atividade humana sobre o espaço geográfico é assentada sobre os territórios, manifestados em diferentes escalas, tanto espaciais como temporais. Ao longo da história foram se estabelecendo cadeias de usos do espaço. Com o passar do tempo, estes territórios se sobrepõem, formando uma realidade singular, preñhe de efeitos sinérgicos. O território é estabelecido sobre a paisagem... As paisagens são dinâmicas, elas mudam conforme os sistemas socioeconômicos e biofísicos e evoluem em tempos variados. Já o ecossistema integra o componente biótico e abiótico de um dado espaço e consiste em um tipo particular de sistema construído a partir de uma rede de fluxos de energia e matéria... Assim, como um modelo teórico, o ecossistema tem a sua existência concreta apenas manifestada na paisagem, ou seja, imerso em uma torrente de processos, sejam eles evolutivos, estocásticos, biológicos ou sociais. Assim, nessa perspectiva, o ecossistema está para a paisagem assim como ele está para o território. A paisagem tem em sua concretude e o seu vetor de transformação a partir dos territórios que nela se estabeleceram ao longo do tempo. (OLIVEIRA, 2015, p. 279, grifo nosso)

Outra ideia para a compreensão de paisagem é entendê-la como marca. Também aparece inserida na concepção cultural da geografia descrita por Berque (1999, p.85) que se relaciona à ideia de matriz. Onde a primeira, entende a paisagem a partir da descrição e a segunda invenção, nela é possível compreender suas formas, articulá-las entre si, ligar-se às suas funções e estruturas. E para além de percepção, entende-se por matriz, a vista por um olhar, por determinada consciência, política, estética e moral.

Essa ideia sintetiza a concepção abstrata de Cosgrove (1998) que incorpora a paisagem como produto da cultura, ou seja, como algo subjetivo, pois parte da visão de quem a analisa, visão esta que se opõe a estratificação geossistêmica do espaço, pois para os culturalistas a paisagem é definida de modo dialético e não hierárquico ou sobreposto por sistemas interdependentes.

Tão problemática quanto a multiplicidade de concepções de paisagem, é a compreensão de cultura, que para o autor não é algo que funciona através dos seres

humanos, pelo contrário, é reproduzida em suas ações e muitas das vezes de modo não reflexivo, marcado rotineiramente na vida cotidiana, seria ao mesmo tempo determinada e determinante da consciência e das práticas humanas (COSGROVE, 1998, p. 101 e 102). Portanto, a cultura poderia ser tanto como prática, por exemplo, o trabalho fruto da interação homem e natureza (agricultura, etc), quanto como consciência, resultado da moral, valores, crenças e ideias.

Assim, entendendo a paisagem como fruto da apropriação humana, juntamente com a cultura estaria relacionada ao conceito de ideologia e dominação, talvez por conta dessa sintonia sempre se mantiveram relacionadas a geografia humana, por explicitar o antagonismo entre o material e o imaterial. O autor parte da concepção do materialismo histórico para compreender a paisagem, onde a ideologia tem papel fundamental, pois a paisagem compreendida por uma visão imaterial, seria uma maneira europeia e ocidental de ver o mundo.

Por definição, cultura dominante é a de um grupo com poder sobre outros. Quando falo em poder não quero me referir apenas ao sentido limitado de um grupo executivo ou de governo em particular, mas precisamente ao grupo ou classe cuja dominação sobre outros está baseada objetivamente no controle dos meios de vida: terra, capital, matérias-primas e força de trabalho. No final, são eles que determinam, de acordo com seus próprios valores, a alocação do excedente social produzido por toda a comunidade. Seu poder é mantido e reproduzido, até um ponto consideravelmente importante, por sua capacidade de projetar e comunicar, por quaisquer meios disponíveis e através de todos os outros níveis divisões sociais, uma imagem do mundo consoante com sua própria experiência e ter essa imagem aceita como reflexo verdadeiro da realidade de cada um. Este é o significado de ideologia. (COSGROVE, 1998, p.111 e 112)

Desse modo, a produção da paisagem estaria atrelada a um conjunto de interesses e às estratégias de dominação. Sendo assim, as relações de poder determinariam a manutenção da hegemonia de determinado(s) grupo(s), e aqueles que nesse sistema estivessem subjugados, ou designados como subculturas também estariam

representados no espaço, de forma residual (o que sobrou do passado), de forma emergente (que antecipam o futuro) e de forma excludente (suprimidas), de algum modo essas culturas alternativas se expressam na paisagem, mesmo que para si próprias só se reconheçam na fantasia (COSGROVE, 1998, p.105).

Sobre isso, tanto Cosgrove (1998) quanto Metzger (2001) apontam a escala como fundamental para se compreender a paisagem. Cosgrove (1998, p.117) afirma que “por mais dominante localmente que possa ser uma cultura alternativa, ela continua subdominante à cultura nacional oficial.” Essas paisagens diferenciadas da paisagem dominante são denominadas de homogêneas e heterogêneas, e que segundo Metzger (2001, p.6): “qualquer porção de terra é homogênea numa escala mais abrangente e heterogênea quando vista numa escala mais detalhada.” Assim, para o autor é na abrangência dos fatos presentes nas diferentes escalas que se encontraria o elemento integrador entre a abordagem geográfica e ecológica.

Retornando a ideia de mosaico defendida por Metzger (2001), onde a paisagem seria considerada a partir de um conjunto de habitats com condições relativamente favoráveis para a espécie ou para a comunidade estudada, temos a escala abordada de forma não necessariamente ampla, pois uma vez que a investigação parte das espécies e suas necessidades para se compreender a paisagem as outras escalas maiores ficariam em segundo plano (METZGER, 2001, p. 4).

Nesse sentido, a discussão esbarra em dois problemas, o primeiro são as diferentes noções de escala, a espacial ou geográfica, que indica a área e pode ser medida na transformação da dimensão real para uma representação cartográfica; a escala temporal, que inclui a duração e a frequência de determinado fenômeno, e por fim, a escala perceptiva, que se refere tanto a escala espacial e temporal em que cada espécie percebe a paisagem em função de suas características ecológicas (tamanho do território), especificidade do habitat, capacidade de locomoção. (METZGER, 2001, p. 6 e 7). Sobre isso, Castro (2003, p.118 apud SOLÓRZANO et al., 2009, p.55):

discute a escala como uma estratégia de aproximação do real, que inclui a inseparabilidade entre o tamanho e o fenômeno(...) como a complexidade dos fenômenos e a impossibilidade de aprendê-los diretamente.

Besse (2014, p.26) nos mostra que compreender a escala é fundamental para se entender a paisagem como território fabricado e habitado pela sociedade, que segundo ele é tratado como uma das portas para compreensão deste conceito. Diz ele:

A escolha de uma escala sempre é, como se sabe, ao mesmo tempo, a escolha de um tipo de problema; e, à medida que cresce a escala de estudo (do quadro de pintura ao jardim e ao território), o conceito de paisagem modifica-se inevitavelmente, bem como o questionário ao qual é submetido. (BESSE, 2014, p. 26)

O problema para a questão ecológica é que as diversas espécies percebem a paisagem de forma diferenciada, conforme sua capacidade de dispersão e deslocamento, por exemplo. E que na pesquisa ecológica grande parte dos dados científicos estariam baseada em escalas locais, enquanto a demanda por respostas a problemas ambientais ocorre em escala global. Mas seria este um problema apenas das ciências naturais e ecológicas?

João Rua explica que tanto a geografia física quanto a humana apresentam problemas metodológicos nesse sentido. Em vias gerais, há uma grande dificuldade de se estabelecer experimentos em escalas espaciais e temporais mais amplas, pois envolvem intencionalidades e relações de poder. Como pensar, por exemplo, o aumento de preço de determinado alimento nas prateleiras do supermercado, se envolvem custos desde a colheita à distribuição, relações de trabalho conflituosas no campo e na cidade, marketing e incentivo ao consumo, monopólios, concentração de renda, acordos e regulação mundiais de câmbio, problemas ambientais afetados na safra, fenômenos climáticos, degradação dos solos e biomas locais, impostos estatais, entre outros elementos. No estudo das paisagens todos esses elementos estão impressos de algum modo, explícitos ou implicitamente, nesse sentido, delimitar a escala pode nos conduzir a uma visão fragmentada.

Essa multiplicidade de escalas e fatores fez com que a dicotomia interna da geografia aumentasse, sobretudo ao que tange a definição metodológica. Enquanto a geografia física ou ecologia incorpora a empiria, a objetividade, os aspectos visuais da paisagem, colocando o homem muitas vezes em papel coadjuvante. A humana

tende enveredar-se pelo viés subjetivo e cultural, mas muitas vezes sem incorporar os elementos naturais. É necessário que se percorra novos rumos para compreensão do conceito de maneira integradora.

### **Considerações Finais**

Em suma, os diferentes tipos de abordagens pretéritas e atuais da paisagem mostra quão polissêmico é este conceito. Devido esta abertura conceitual é necessário pensar caminhos para se romper com metodologia dicotômica presente na Geografia. Para os geógrafos, é preciso ir além da percepção sensorial, sobretudo a visão, não que esta deva ser descartada, mas que para uma compreensão multidimensional da paisagem, deve-se levar em conta o que a paisagem não diz, ou seja, percebê-la como texto e não texto, concordando aqui com Morin (2007).

Como vimos anteriormente, ao ler a paisagem pelo viés geográfico é necessário antes de tudo se perguntar quem a produziu, as intencionalidades dos atores que nela se inserem e daqueles que as lêem como objeto científico, as relações de dominação, entender suas formas e funções, até mesmo quando se trata de paisagens predominantemente naturais, deve-se se fazer presente a discussão sobre seus usos e não usos. Faz-se necessária aqui, certa cautela para não cair no mito moderno da natureza intacta que permeia muitas disciplinas, que contribuiu para a fragmentação do holístico que se tinha na ciência geográfica. Também é preciso levar em conta ao estudar as paisagens naturais que estão inseridas na tríade do capitalismo, modernidade e sociedade, na qual seus elementos tornam-se recursos naturais e as pessoas tornam-se recursos humanos. A concepção do trabalho humano como produtor das técnicas e símbolos que modificam a paisagem também deve ser um ponto de partida para a análise desse objeto. Em quaisquer que sejam as metodologias, a compreensão de paisagem como representação e apropriação é fundamental.

Nesse sentido, as concepções trabalhadas aqui tentam expor diversas abordagens de paisagem, sobretudo para melhor entendimento geográfico. É sabido que essa tentativa de junção holística da ciência é extremamente complexa e de difícil interação metodológica, mas deve sempre ser buscada pelo geógrafo como uma possibilidade. Não somente privilegiar o físico e tornar o humano invisível, nem tam-

pouco colocar o homem no centro do processo sem considerar os atributos naturais. A paisagem não se dá somente de forma subjetiva ou objetiva. A coexistência da dialética e do positivismo faz-se fundamental para escolha de um caminho conceitual integrador.

### Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p9-26.

BERQUE, Augustin. Paisagem Marca, Paisagem Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 (xerox da pasta).  
As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas contemporâneas. In BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo. Exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014

BESSE, Jean-Marc. **Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar**. Trad. Eliane Kuvasney e Mônica Balestrin Nunes. GEOUSP – Espaço e Tempo. São Paulo v. 18 n. 2 p. 241-252, 2014

COSGROVE, Denis. **A Geografia está em toda parte**. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Paisagem, tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998

DIAS, Lanise; SANTOS, Leonardo. **A paisagem e o geossistema como possibilidade de leitura da expressão do espaço sócio-ambiental rural**. Revista Confins n.1, 2º semestre 2007.

FERREIRA, Alvaro; NASCIMENTO, Caroline; CUNHA, Caroline; BASTOS, Jaqueline. O processo de gentrificação em entrevista com o professor Alvaro Ferreira. **Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço** - ISSN 2317-8361 v. 3, n. 1 (2014).

FORMAN, R. T. T. **Land Mosaics: Ecology of Landscapes and Regions**. Cambridge University Press – Text Book, 1995, Foundations, p. 3-40

GRAY, Murray. Landscape: The physical layer. In HOLLOWAY, Sarah L., RISE, Stephen P., VALENTINE, Gill (Eds.). **Key Concepts in Geography**. 6 ed. London: Sage, 2007. 342p.

- HAESBAERT, Rogério. Por uma constelação geográfica de conceitos. In: **Viver no Limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p. 19-51
- KOSIK, Karel. “O Mundo da Pseudoconcreticidade e sua Destruição”. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969. Capítulo I, pp. 09-20.
- METZGER, J. P. O que é ecologia de paisagens? **Biota Neotropica**, Campinas, SP, v. 1, n.1/2, p.1-9. 2001
- MORIN, Karen M. Landscape: **Representing and Interpreting the World**. In HOLLOWAY, Sarah L., RISE, Stephen P., VALENTINE, Gill (Eds.). **Key Concepts in Geography**. 6 ed. London: Sage, 2007. 342p.
- OLIVEIRA, R. R. 'Fruto da terra e do trabalho humano': paleoterritórios e diversidade da Mata Atlântica no Sudeste brasileiro. **Revista de História Regional** v. 20, n. 2, p. 277-299, 2015.
- RUSSEL, Emily W. B. **History Hidden in the Landscape**. In: People and Landthrough Time: linking ecology and history, New Haven: Yale University Press. 1997, p. 3-18.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANSOLO, D. G. **Significados da paisagem como categoria de análise geográfica**. Niterói: ANPEGE, s.n.t. 2007.
- SOLÓRZANO, A.; OLIVEIRA, R. R. & GUEDES-BRUNI, R. R. Geografia, História e Ecologia: criando pontes para a interpretação da paisagem. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, vol. XII, n. 1, p. 49-66, jan-jul. 2009.
- HOLZER, Werther. Paisagem, Imaginário, Identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Manifestações da cultura do espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 149- 168.

Recebido em 12 set. 2018

Aceito em 7 nov. 2018.